

O IMAGINÁRIO E A MEMÓRIA EM *RUBRO VEIO*

THE IMAGENARY AND MEMORY IN RUBRO VEIO

José Wellington Dias Soares*
wellitonds@yahoo.com.br

RESUMO: No prefácio à obra historiográfica *Rubro veio* (2003), o autor Evaldo Cabral de Mello afirma que a ideia de nativismo pernambucano, tema central do livro, será pensada a partir do imaginário social (CASTORIADIS, 1982). Logo, a noção de identidade nacional só é possível numa perspectiva das representações que são construídas historicamente em torno da nacionalidade. Fazendo um estudo interpretativo da obra em apreço, o nosso objetivo é demonstrar que o imaginário nativista a que se refere Evaldo Cabral de Mello somente é possível na medida em que a restauração pernambucana perdurou na memória social dos habitantes de Pernambuco. Assim, o conceito de imaginário social encontra seu sentido teórico se o considerarmos associado com a memória coletiva. Portanto, autores como Paul Ricoeur (1994), Le Goff (1990), Maurice Halbwachs (1990), entre outros, são imprescindíveis para nossa discussão, pois eles abrem caminho para que sustentemos nosso ponto de vista a cerca da relação entre memória e imaginário em *Rubro veio*.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Brasileira; Imaginário; Memória.

ABSTRACT: In the preface to the work came historiographical *Crimson* (2003), the author Evaldo Cabral de Mello says the idea of nativism Pernambuco, a central theme of the book, will be considered from the social imaginary (Castoriadis, 1982). Thus, the notion of national identity is only possible with a view of the representations that are built around historical nationality. Making an interpretative study of the work in question, our goal is to demonstrate that the imaginary nativist referred Evaldo Cabral de Mello is possible only insofar as the restoration lasted Pernambuco in social memory of the people of Pernambuco. Thus, the concept of social imaginary finds its theoretical sense if we consider associated with the collective memory. Therefore, authors such as Paul Ricoeur (1994), Le Goff (1990), Maurice Halbwachs (1990), among others, are essential to our discussion because they open the way for sustentemos our point of view about the relationship between memory and imagination in *Rubro Veio*.

KEYWORDS: Brazilian historiography; Imaginary; Memory.

Rubro veio, de Evaldo Cabral de Mello, cuja primeira edição é de 1986, narra a história de como a restauração pernambucana é significativa para o nativismo, bem como para a construção da ideia de Brasil. Olhando sob uma perspectiva diferente daquela que a história tradicional (positivista e carioca) constrói com seu discurso cosmopolita, Evaldo Cabral põe em evidência Pernambuco como principal cenário onde ocorreram eventos que

* Professor do curso de Letras da FECLESC/UECE. Doutorando em História Social da Cultura / UFMG. Enviado em: 28/08/2012. Aceito em: 15/11/2012.

apontam certa identidade nacional. Nesse sentido, o autor se vale teoricamente do imaginário segundo os auspícios de Cornelius Castoriadis, no livro *A instituição imaginária da sociedade*, e dos preceitos da História das Mentalidades.

Este texto, então, pretende analisar se o ponto de vista do historiador pernambucano é suficiente para sustentar um sentimento de nacionalidade ou certa identidade brasileira. A questão é saber se havia de fato a preocupação de pensar o Brasil como nação durante o tempo retratado em *Rubro veio*, quem se preocupava e por que o fazia. É pertinente também nos perguntarmos em que medida o discurso historiográfico de Evaldo Cabral é formador da nacionalidade. A nossa tese aqui é demonstrar que o imaginário nativista da restauração pernambucana só foi possível na medida em que a memória social da restauração pernambucana perdurou.

A narrativa de Evaldo Cabral insere Pernambuco no discurso historiográfico mais amplo, que é a questão sobre a identidade nacional. Embora ele parta da historiografia regional a fim de fugir da historiografia “saquarema” e dos modismos, como ele próprio confessara em entrevista (In: MORAES & REGO, p. 154), consegue construir uma interpretação que contempla um diferente paradigma sobre o Brasil. Se “o Brasil, por exemplo, é conhecível, não através de uma ou outra interpretação em particular e isolada, mas pelo conjunto delas, pelo confronto e diálogo entre as várias interpretações feitas em épocas distintas” (REIS, 2007, p. 13), então *Rubro veio* ocupa um lugar importante nesse diálogo tanto pelo seu modo de narrar como pela perspectiva que assume seu ponto de vista, que é eminentemente pernambucano. Tanto é assim que ele diz que sua trajetória como historiador tem sido sobre a história pernambucana, arrematando o seguinte: “Porque como pernambucano tenho uma identificação especial com o estado” (In: MORAES & REGO, p. 153). Isso nos faz pensar sobre a maneira como Evaldo Cabral coloca-se como intérprete do Brasil em sua época, com a sua problemática específica e com suas próprias avaliações do passado e expectativa do futuro, a partir de *Rubro veio*.

A restauração pernambucana (1654) foi um movimento surgido, sem o apoio da Coroa Portuguesa, da parte de alguns moradores de Pernambuco, destinado a expulsão dos holandeses do território compreendido entre o Rio São Francisco e a capitania do Maranhão. Na esteira da escola dos Anais, Evaldo Cabral optou por uma escrita historiográfica menos acadêmica, cuja narratividade sugere a reflexão da própria vida, do cotidiano, da materialidade. Nesse sentido, escolheu trabalhar como a restauração pernambucana participa

do imaginário coletivo para evidenciar o nativismo e a ideia de Brasil, sem se desvencilhar dos problemas econômicos e sociais. Para tanto, o autor investiga o comportamento, o pensamento, a atitude dos que participaram da restauração, bem como dos seus descendentes frente à projeção do movimento em relação à posição que Pernambuco tinha diante da construção histórica do Brasil enquanto nação independente de Portugal.

Assim, logo no prefácio do livro em apreço ele nos adverte sobre sua preferência: “a expressão ‘imaginário’ será empregada ao longo destas páginas” (MELLO, 2008, p. 14). A propósito desse procedimento narrativo, levantamos as seguintes questões a fim de compreendermos melhor o significado global que aquela categoria tem na obra em apreço: De que forma o historiador percebe o imaginário social? No simbólico? Mas o que é o simbólico para o historiador? Como ele percebe o impacto desse simbólico para o imaginário coletivo? O imaginário coletivo é decisivo para uma mudança significativa no processo histórico? Como e por quê?

3

Primeiramente, precisamos entender que o conjunto de símbolos, imagens e valores comuns, representativos do imaginário da restauração, emerge da memória social em momentos de confronto: no primeiro momento, podemos dizer entre a “açucarocracia” e os holandeses, depois entre mazombos e reinóis, finalmente entre brasileiros e portugueses. Nesse processo, que não é dado e nem contínuo, mas repleto de avanços e recuos a ponto do velho e do novo se imbricarem dialeticamente, põe-se a reclamar uma identidade própria que, por sua vez, não é autodefinidora, quer dizer, não se erige no vazio, mas dentro de contexto situacional.

Por isso, Cornelius Castoriadis (que faz severas restrições ao marxismo não obstante não consiga desvencilhar sua categoria do imaginário da teoria marxista, sem por isso alcançar autonomia epistemológica) associa, de antemão, a instituição ao simbólico para, em seguida, apontar as relações ambíguas entre o simbólico e o imaginário. Para ele, o “imaginário deve-se entrecruzar com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido ‘reunir-se’, e com o econômico-funcional, do contrário ela não teria podido sobreviver” (CASTORIADIS, 1982, p. 159).

Nesse sentido, Evaldo Cabral parte da Restauração, melhor dizendo, da memória social da Restauração, como instituição central para suscitar o imaginário nativista. Logo, precisamos considerar dois pontos. O primeiro diz respeito às mediações pelas quais esse imaginário é representado e materializado para as pessoas durante o intervalo de tempo

considerado pelo historiador, que é “entre o período batavo (1630-1654) e os últimos decênios do século XIX” (MELLO, 2008, p. 13). O segundo ponto é atentarmos que esse imaginário também está presente na própria narratividade de *Rubro veio*, se considerarmos que a imaginação histórica está na capacidade de concatenar os fatos narrados, dando-lhe sentido.

Para dizermos com José Carlos Reis: “Pensamos a verdade histórica com os conceitos de ‘interpretação’ e de ‘compreensão’, que implicam reconstruções temporais parciais, múltiplas, relativas, não-definitivas e ao mesmo tempo racionais, não subjetivas e não-relativistas” (REIS, 2007, p.10). A imaginação histórica, portanto, não é ficção, mas pressupõe, no nível textual e narrativo, organização. Essa discussão nos remete a tríplice mimese de Paul Ricoeur. Na mimese I, que pressupõe o mundo da ação, da experiência, do mundo vivido, encontramos “um sistema simbólico [que] fornece assim um *contexto de descrição* para ações particulares” (grifo do autor) (RICOUER, 1994, p. 87).

Já a mimese II se aproxima justamente da imaginação histórica a que nos referimos acima, pois com ela “abre-se o reino do *como-se*” (grifo do autor) (Idem. Ibidem. p. 102), ou seja, a mimese II é a configuração da narrativa, o mundo do texto, que faz mediação entre a experiência e o leitor. Nesse momento, o evento se torna história. É uma síntese, constrói os sentidos.

A mimese III corresponde à reconfiguração que está no ato da leitura. Logo, sugere o estágio da aplicação e da apropriação, ou seja, o ponto de interseção entre a experiência (mimese I) e o leitor, mediados pelo texto narrativo (mimese III). A tríplice mimese, segundo Paul Ricoeur, justifica-se, portanto, a partir da necessidade humana de narrar as experiências, ou melhor, de organizar a experiência, articulando-a, narrando-a, de forma inteligível.

Voltando às nossas indagações anteriores, segundo a perspectiva de Castoriadis, mas também de Evaldo Cabral em *Rubro veio*, o historiador percebe o imaginário social no simbólico, sim. Este, por sua vez, é concretizado por todo tipo de linguagem capaz de fazer os homens interagir socialmente, sendo verbal ou não-verbal. Conforme afirma Castoriadis: “A história só existe na e pela ‘linguagem’ (todas as espécies de linguagem), mas essa linguagem, ela se dá, ela constitui, ela transforma” (CASTORIADIS, 1982, p. 168).

Agora, o impacto do simbólico para o imaginário coletivo só é possível, a nosso ver, se considerarmos os espaços da memória. A fim de reforçar nosso ponto de vista, vejamos o que Paul Ricoeur nos diz sobre memória e imaginação:

É sob o signo da associação de ideias que está situada essa espécie de curto-circuito entre memória e imaginação: se essas duas afecções estão ligadas por contigüidade, evocar uma – portanto, imaginar – é evocar a outra, portanto, lembrar-se dela. Assim, a memória, reduzida à rememoração, opera na esteira da imaginação. (RICOEUR, 2007, p. 25)

Talvez esse fato justifique os dois primeiros capítulos de *Rubro veio*. Desse modo, o autor revela o seguinte: “Os dois capítulos iniciais são de natureza introdutória, na medida em que procuram recensear as fontes do imaginário e da cultura histórica nativista no tocante ao período holandês, as fontes não historiográficas (capítulo 1) e as historiográficas (capítulo 2)” (MELLO, 2008, p. 14). Logo, fica evidente porque Evaldo Cabral intitula seu primeiro capítulo de “Inventário da Memória”. Nele, o escritor faz um contraponto à ideia de Oliveira Lima, que afirma não haver mais recordação dos invasores holandeses na memória pernambucana, salvo à glorificação literária.

Mais uma vez é necessário citarmos Evaldo Cabral no início desse capítulo: “O exame do papel da restauração pernambucana no imaginário nativista requer preliminarmente o inventário das fontes das representações mentais relativas à ocupação holandesa da segunda metade do século XVII aos fins do XIX” (Idem. Ibidem. p. 25). Assim, as “obras de engenharia”, as “lendas relativas a tesouros enterrados”, a “lenda do cajueiro da cigana”, a “história sobrenatural”, os “inúmeros estandartes e troféus ganhos aos invasores”, “os templos em reconhecimento pelo auxílio na expulsão dos hereges”, “o local das batalhas”, e “as festividades comemorativas alimentaram o imaginário da restauração” (Idem. Ibidem. pp. 28-44). Além do que, “mercê de painéis comemorativos, a iconografia ocupou lugar de certo relevo na memória nativista” (Idem. Ibidem. p. 47).

A narrativa historiográfica pressupõe necessariamente um evento passado e vivido, mas também imaginado conforme a memória coletiva atua para reiterar ou não um acontecimento. No caso específico de *Rubro veio*, os espaços de memória levantados pelo autor alimenta o imaginário nativista, a partir da restauração pernambucana de 1654. Assim, por meio da leitura do primeiro e segundo capítulos, a narrativa de *Rubro veio* pretende denotar o fato como um acontecimento real (o que lhe confere objetivamente o *status* de obra historiográfica), muito embora este seja não só pelo documento (capítulo 2), mas também pelos monumentos recenseados pelo historiador. Segundo Jacques Le Goff, são ambas formas de representação do passado, haja vista que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que o operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à

ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1990, p. 462). A realidade, nesse sentido, é compreendida a partir da interação entre o real e o sujeito, a objetividade e a subjetividade.

Diante do exposto acima, é importante refletirmos sobre o papel da memória como elemento da constituição do imaginário nativista a que alude Evaldo Cabral de Mello. A memória, por sua vez, é estruturada por diversos elementos associados ao efetivo despertado pela coletividade, de acordo com Maurice Halbwachs (1990, pp. 33-36). Conforme Michel Pollak, há vários pontos de referência da memória:

(...) Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições culinárias. (POLLAK, 1989, p. 03)

Ora, esses pontos levantados por Pollak são encontrados em *Rubro veio*, embora representados por palavras. Se considerarmos que o próprio texto narrativo é um lugar de memória coletiva por despertar no leitor o afeto de que fala Halbwachs, temos um duplo ponto de vista. O primeiro está na memória do autor que dialoga com seu grupo e com seu tempo, no momento da escrita. No segundo momento, precisamos compreender a recepção da narrativa e seu significado para o leitor, que pode ser contemporâneo ou não do escritor.

Lendo, então, *Rubro veio* na perspectiva da relação entre a memória coletiva (Halbwachs) e do imaginário social (Castoriadis), é possível analisar os fatores de continuidade e de estabilidade, que sobrevivem a partir de verdadeiras batalhas ideológicas em cujo bojo estão as relações econômicas e de poder. Percebe-se, decerto, no imbricamento da memória e do imaginário trabalhados por Evaldo Cabral, “uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, p. 09). Além do que, a leitura dessa obra permite-nos discutir o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva, no sentido a que se refere Michel Pollak quando fala sobre a separação entre “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (Idem. Ibidem. p. 08).

As palavras supracitadas de Michel Pollak nos fazem pensar sobre a querela sugerida em *Rubro veio* entre o imaginário nativista pernambucano, notadamente com a restauração e Revolução de 1817, que pode fornecer uma interpretação sobre a ideia de Brasil, e a

historiografia “saquarema” que representa a versão do Estado. Essa problematização, portanto, é evidenciada no intenso trabalho de organização da narrativa de *Rubro veio*, em que se dão as relações entre os indivíduos do grupo ou a interação entre grupos diferentes. Aqui, podemos observar também o sentido da identidade nacional.

A maneira como se propõe Evaldo Cabral trabalhar tem a vantagem de transpassar os “discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens” (POLLAK, 1989, p. 10), responsáveis muitas vezes pelo enquadramento da memória coletiva. Essa proposta de narrativa historiográfica possibilita atingir os discursos das minorias, do regional, do homem comum, da tradição oral, das práticas cotidianas, do sentimento popular diante de um acontecimento nacional ou global.

Em entrevista, Evaldo Cabral afirma o seguinte: “lendo a filosofia crítica da história, compreendi que a narração é um *a priori* na escrita como na reflexão e na própria vida cotidiana” (MORAES & REGO, p. 160). Dessa forma, ao longo do trabalho narrativo das práticas e representações da sociedade pernambucana, o historiador reflete sobre si mesmo circunscrevendo seu lugar como um ser social. Processo semelhante se dá com o leitor ao ler uma narrativa que o faz pensar sobre suas relações com os outros na sociedade.

A memória se evidencia nas práticas e nas representações, de acordo com Maurice Halbwachs, o que poderíamos pensar o mesmo sobre o imaginário. No entanto, eles não prescindem o real. As condições vividas pelo sujeito social são, a nosso ver, o ponto inicial de qualquer memória e imaginário, seja individual ou social.

Diante disso, quem são os nativistas? A quem serviu esse imaginário? Por quem foi elaborado? Cumpre saber em quais camadas sociais se aloja preferencialmente essa memória. O autor de *Rubro veio* está atento em analisar a apropriação política de cada um dos setores sociais envolvidos que evocavam o sentimento nativista? Na verdade, depreendemos da obra em apreço que o nativismo trata-se de um construto que serve diretamente a fins políticos socialmente localizados, imediatos e urgentes em virtudes de conflitos emergentes. Está em jogo o controle social da “açucarocracia” pernambucana que se vê ameaçada no século XVII pelos invasores flamengos e no XIX pelos comerciantes mascates. Da parte das ordens religiosas, é a missão da contra-reforma que está em campo contra os protestantes holandeses, e o *status* de poder que angariam na Colônia. Numa palavra, a restauração constituía a gesta da “nobreza da terra”.

Se o imaginário da restauração expressa, nada menos, as formas nativistas de historiar o evento da invasão holandesa, procura também valorizar a cultura de um lugar, no caso, Pernambuco, em reação à imposição de uma cultura externa, em geral dominante, no caso, holandesa e depois portuguesa (a Coroa auxilia os mascates). Logo, a própria atitude nativista sugere relações de poder. Sem contar que todo e qualquer historiador olha o passado segundo suas próprias concepções, essas eivadas de representações, juízos de valor e ideologias, o que, no caso de Evaldo Cabral, a informação sobre esses elementos estão presentes, além das suas obras, nas várias entrevistas que vem concedendo.

Ainda no prefácio, Evaldo Cabral afirma: “Os capítulos 3 a 10 ambicionam reconstruir os grandes *topoi* e sua mutações” (MELLO, 2008, pp. 14-15). Na sua *Retórica*, Aristóteles chamava *topoi* ou “lugares comuns” a algumas verdades aceitas que orientam os nossos argumentos e as escolhas do dia-a-dia. Entretanto, como pretende o historiador “reconstruir” esses “grandes *topoi*”? A resposta, talvez, esteja no processo da representação mental, que substitui algo real por algo mental, simbólico, imagético, mediado pela memória. Todavia, ela está relacionada com a nossa experiência de vida e esta se confunde com a nossa cultura. Sem representação mental não há memória, por conseguinte não tem como o imaginário se evidenciar, se exteriorizar, ser transmitido socialmente entre os homens, no espaço e no tempo.

Dessa forma, a partir da construção política e social da memória: instituições religiosas, obras, festas e monumentos, Evaldo Cabral desenvolve os capítulos 3 a 10. Voltando um pouco ao segundo capítulo, “A Cultura Histórica do Nativismo”, o autor declara o que segue: “O imaginário local aprisionou-se, portanto, nas crônicas luso-brasileiras de Seiscentos, particularmente o *Castrioto lusitano* (Rafael de Jesus) e a *Nova Lusitânia* (Brito Freyre), escritos por autores que não haviam participado dos acontecimentos” (MELLO, 2008, p. 65). Esses dois livros principais revelam uma importância para o imaginário nativista da capitania pernambucana, uma vez que, apesar de algumas restrições, tais como o primeiro ter sido encomendado por Fernandes Vieira, podemos considerá-los como lugares de memória da expulsão holandesa em Pernambuco. Tanto é que, com a Independência, essas obras ficaram quase no esquecimento, pois a historiografia “saquarema” evidenciava outras fontes para “construir” a interpretação do Brasil.

A ideia central de *Rubro veio*, porém, começa realmente só no capítulo 3, intitulado “À Custa de Nosso Sangue, Vidas e Fazendas”. Na tentativa de revelar ao leitor o que vai narrar e como irá proceder, o escritor afirma o seu objetivo: reconstruir “o discurso do nosso primeiro nativismo, vale dizer, a representação ideológica elaborada na capitania para definir suas relações com a Coroa portuguesa (...) nos seus *topoi* fundamentais, nas suas conexões internas e nos deslocamentos de ênfase por que passou entre 1654 e o Segundo Reinado” (MELLO, 2008, p. 91). Como esse discurso não está dado, mas fragmentado, cabe ao historiador dar-lhe sentido, reorganizando-o com base na interpretação das fontes, da memória e do imaginário nativista. Isso acontece a partir de uma tensão, de um conflito de longa duração entre o discurso nativista e “o discurso rival, o das autoridades reinóis e das portuguesas” (Idem. Ibidem. p. 91).

Na situação de conflito, emerge o imaginário nativista a partir da memória sobre a restauração pernambucana, a fim de fortalecer o discurso da aristocracia de Olinda e conseguir posições políticas até então inalcançadas. Por isso, Evaldo Cabral diz: “a restauração como empresa histórica na ‘nobreza da terra’ passou a constituir, à medida que se aguçava o conflito entre mazombos e reinóis, a defesa do direito que ela se arrogava de dominar politicamente a colônia” (Idem. Ibidem. p. 92).

Cabe, portanto, à aristocracia açucareira criar o discurso político do nativismo, com base no imaginário da restauração. Em seguida, ele foi reforçado no conflito entre mazombos e reinóis, na guerra dos mascates e na revolução de 1817. Em todas essas ocasiões, sempre se destacou a posição inerte da Coroa portuguesa concernente à expulsão dos holandeses. Ao contrário, “à custa de nosso sangue, vidas e fazendas”, é que os “açucarocratas” alimentaram o imaginário nativista. Por outro lado, termos como “paus tostados”, “sangue caboclo” “passaram a simbolizar o heroísmo da gente da terra” (Idem. Ibidem. pp. 97-98).

O tempo decorrido da restauração em 1654 em relação a eventos posteriores foi significativo para criar em torno dessas expressões uma espécie de heroísmo simbólico, capaz de germinar um significado de Brasil independente de Portugal. A historiografia “saquarema” em torno da Independência de 1822, entretanto, burla esse imaginário nativista e entrega à Coroa, primeiro a D. João VI com a vinda da Família Real ao Brasil em 1808, depois a D. Pedro I e a D. Pedro II, o status heróico e fatídico da constituição da nação brasileira. Com isso, entendemos o sentido das palavras de Paul Ricoeur quando diz o seguinte:

É na contracorrente dessa tradição de desvalorização da memória, nas margens de uma crítica da imaginação, que se deve proceder a uma dissociação da imaginação e da memória, levando essa operação tão longe quanto possível. Sua ideia diretriz é a diferença, que podemos chamar de eidética, entre dois objetivos, duas intencionalidades: uma, a da imaginação, voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico; a outra, a da memória, voltada para a realidade, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da “coisa lembrada”, do “lembrado” como tal. (RICOEUR, 2007, pp. 25-26)

Nesse entrecho, há dois pontos que subjazem, a seu modo, à narrativa de *Rubro veio*. O primeiro diz respeito à denúncia ao procedimento de desvalorização da memória e da imaginação perpetrada pela historiografia “saquarema”. Esta, com a pretensão científica do positivismo em voga, projeta as figuras de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, personagens particulares, com interesses próprios, à esfera nacional brasileira. O significado deles para a história e a identidade brasileiras é idealizado. Não correspondem, pois, a um lugar de memória coletiva na constituição do nativismo.

O segundo ponto está na diferença entre a ficção e a história, trabalhada também por Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa*. Durante o processo de escrita, tanto o ficcionista quanto o historiador lançam mão de alguns elementos imprescindíveis para a feitura do texto. Entre eles, podemos considerar a memória, a imaginação e a narratividade. No âmbito textual já comentamos essa problemática segundo a tríplice mimese de Ricoeur. Entretanto, ela não esgota o assunto, pois há outros elementos textuais que apontam para a diferença entre história e ficção. Como não é nossa intenção desenvolver aqui análise teórica aprofundada sobre esse assunto, limitamos a arriscar o nosso ponto de vista: o que circunscreve, por exemplo, *Rubro veio* como uma obra historiográfica é sua intencionalidade de denotar uma explicação, uma interpretação de um acontecimento real, com personagens reais, no caso, a restauração pernambucana de 1654 no imaginário nativista suscitado pela “açucarocracia”. Para tanto, o historiador se vale “da memória, voltada para a realidade anterior”, de acordo com Paul Ricoeur no excerto supracitado.

O tempo, nesse sentido, cumpre papel fundamental, porquanto encontramos duas dimensões temporais em qualquer narrativa historiográfica. A primeira dimensão diz respeito à marca temporal que se imbrica com a narratividade, com a configuração organizadora de sentido. Aqui, o tempo cumpre função semelhante com o do texto de ficção em prosa, pelo menos os que possuem enredo linear e definido.

A outra dimensão temporal é exterior ao texto. É o tempo vivido. Embora relativo, ele é real porque se confunde com a nossa experiência, segundo a qual temos a necessidade

de narrar. Narrar para atribuir sentido, e compreender o mundo social na sua dinâmica histórica. É interessante observarmos o depoimento seguinte de Evaldo Cabral, que se coloca como sujeito social diante do tempo real: “com a história oral você, naquela época (refere-se ao tempo de sua infância), já nascia em Pernambuco ouvindo falar na expulsão dos holandeses e na revolução de Dezesete” (MORAES & REGO, p. 145). Aqui, percebemos, além da identificação do historiador com a história contada, a memória de um povo que garante a perpetuação do evento, mesmo no imaginário social. A expressão “naquela época”, utilizada por Evaldo Cabral, nos faz lembrar das palavras de Paul Ricoeur quando diz: “a noção de distância temporal é inerente à essência da memória e assegura a distinção de princípio entre memória e imaginação” (RICOEUR, 2007, p. 38).

Essa frase traduz a nossa ideia central a respeito da relação entre memória e imaginação em *Rubro veio*. Nesse sentido, à medida que a restauração pernambucana se distancia temporalmente dos descendentes dos mazombos, a memória ganha representações em monumentos, lendas, obras, etc., alcançando novas interpretações. O imaginário, não obstante ser distinto da memória, interpõe-se nesse processo com o fito de reacender, fortalecer, acrescentar ou, por que não dizer, criar um novo sentido para um conflito emergente. Por isso, Evaldo Cabral afirma: “Na segunda metade do século XVI, os descendentes dos que haviam feito a guerra holandesa passaram a reivindicar o estatuto de nobreza da terra” (MELLO, 2008, p. 127). Chegaram, inclusive, a inventar uma nobreza da terra, cujo discurso ideológico era suscitado pelo conflito entre os senhores de engenho de Olinda e os mercadores de Recife.

Para reforçar sua argumentação, Evaldo Cabral, no capítulo “Os Alecrins no Canavial (1)”, descreve algumas características da “açucarocracia” *ante bellum*. Na Nova Lusitânia, como era denominado Pernambuco antes da invasão holandesa, os estratos sociais já se diversificavam pelos aspectos econômicos e nobiliárquicos. Além do que, havia um grande comércio colonial em torno da produção açucareira, composto por cristãos-novos, e os lavradores de cana de açúcar que figuravam como classe subalterna. Embora já houvesse conflito entre esses setores sócio-econômicos, “a situação mudou radicalmente em consequência da dominação holandesa” (Idem. Ibidem. p. 145). Isso influenciou o aparecimento de três camadas distintas, segundo Evaldo Cabral. Seriam elas os senhores de engenho, os que permaneceram nos engenhos durante a invasão neerlandesa, e aqueles que adquiriram lavouras confiscadas pelos holandeses.

O autor coloca, então, em discussão os motivos centrais que nortearam uma transformação na ordem social vigente no período batavo. Assim se expressa o historiador: “A revolta de 1645 e a guerra que se seguiu afetaram diversamente os interesses e as atitudes das três camadas” (Idem. *Ibidem*. p. 149). Essa situação foi intensificada com a crise econômica e com a disputa pelo poder local, entre os anos 1654 e 1710. (Idem. *Ibidem*. p. 151). Com esse capítulo, fica claro que o acontecimento é crucial para o historiador, em que o conflito econômico e as relações de poder estão no bojo do processo histórico trabalhado por Evaldo Cabral. Este, por sua vez, não o ignora, ao contrário, evidencia-o. Contudo, esse não é o objetivo central de *Rubro veio*.

A frase principal do capítulo em questão é a seguinte: “A restauração tornou-se assim a bandeira de todas as reivindicações” (Idem. *Ibidem*. p. 152). Dessa forma, a memória da restauração pernambucana ganha uma dimensão simbólica a cada conflito posterior, em que o imaginário nativista alcança projeção significativa para a historiografia brasileira. Portanto, fica claro para nós que o acontecimento, a memória e o imaginário estão constantemente imbricados, o que torna impossível pensar um sem os outros. Nesse momento, o historiador consegue escrever uma história de Pernambuco que ultrapassa a superfície dos acontecimentos e atinge uma visão aprofundada das ações humanas.

A esse propósito, vale a pena citarmos mais uma vez Paul Ricoeur, quando diz o seguinte:

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração da narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo em que os contornos da própria ação. (RICOEUR, 2007, p. 98)

Assim, na perspectiva historiográfica, encontramos em *Rubro veio* o que Paul Ricoeur coloca em termos teóricos. Logo, entendemos que o imaginário nativista pernambucano é construído pelas “mediações simbólicas da ação”, ou seja, pela memória, ou melhor, pela “ideologização da memória”. Ressalta-se desse processo a identidade que vai sendo evidenciada pela configuração da narrativa. Da mesma forma que podemos vincular o imaginário à memória, esta está ligada ao “nível fenomenal da ideologia”, segundo Paul Ricoeur. (*Ibidem*. p. 98)

Portanto, ainda que Evaldo Cabral não tenha enfatizado a expressão memória coletiva, como faz com imaginário social no prefácio, defendemos que aquela perpassa toda a obra do autor, como uma espécie de mediação entre o acontecimento e o imaginário nativista. Por isso, discordamos da perspectiva de Cornelius Castoriadis, quando afirma: (...) as instituições encontraram sua fonte no imaginário social” (CASTORIADIS, 1982, p. 159). Arriscamos afirmar, segundo o que vimos argumentando aqui e considerando a “açucarocracia” como uma instituição, que o processo ocorre justamente o contrário do que pensa Castoriadis, ou seja, o imaginário social é que encontra sua fonte nas instituições, e por conseguinte na memória de um povo.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CATORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ELIAS, Norbert. “Sugestões para uma Teoria dos Processos Civilizadores. In: *O processo civilizador*. Trad.: Ruy Janne Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 2.

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a Genealogia e a História”. In: *Microfísica do poder*. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GOUREVITCH, A. Y. “O Tempo como Problema da História Cultural”. In: RICOEUR, Paul. *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 263-283.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad.: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço-da-experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”. In: *Futuro passado*. São Paulo: Contraponto, 2006, pp. 305-327.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, pp. 462-476.

MELLO, Evaldo Cabral. “Uma Nova Lusitânia”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 2ª Ed. São Paulo: Senac, 2000.

_____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª Ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio. “Evaldo Cabral de Mello”. In: *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, ?

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, pp. 03-15.

RICOEUR, Paul. “A Tríplice Mimese”. In: *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994, pp. 85-131, v. 1.

_____. “A Intencionalidade Histórica”. In: *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994, pp. 251-320, v. 1.

_____. “Da Memória e da Reminiscência”. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: Varnhagen a FHC*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, v.1.

SCHWARCZ, Lília Mortiz (Org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

VEYNE, Paul. “Foucault Revoluciona a História”. In: *Como se escreve a história*. Trad.: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª Ed. Brasília: Editora UnB, 1998.